

bari **Bari Securitizadora S.A.**
 CNPJ/MF 10.608.405/0001-60 - NIRE 41.300.313.067
Edital de 1ª (Primeira) Convocação da 3ª (Terceira) Assembleia Especial dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª (Septuagésima Nona) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Em decorrência da notificação enviada pela Emissora à Sênas Distribuidora S.A. ("Locatária"), datada de 13 de março de 2026, bem como da posterior contranotação datada de 02 de abril de 2026, por meio das quais a Emissora solicitou a substituição da fiança prestada pela Companhia Brasileira de Distribuição (respectivamente, "Fiança" e "Fiadora") no âmbito dos Contratos de Locação Sendas (conforme definição constante do Termo de Securitização), em razão do deferimento da recuperação extrajudicial da Fiadora, nos termos da decisão proferida em 11 de março de 2026, nos autos do processo nº 0305772-74.2026.8.25.0100, em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, tendo, por sua vez, a Locatária solicitado a substituição da modalidade da garantia originalmente prestada, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª (Septuagésima Nona) Série da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissões", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 e seguintes do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª Série da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A., celebrado em 05 de maio de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Especial dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 18 de maio de 2026, às 11h00min ("Assamblea"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (I) em observância ao disposto na Cláusula 10.1.2 dos Contratos de Locação Sendas, a qual prevê a substituição da Fiadora em caso de deferimento recuperação extrajudicial, tendo a Locatária solicitado a alteração da modalidade da garantia originalmente prestada, a aprovação ou não, para substituição da garantia atualmente prevista nos Contratos de Locação Sendas, de modo a substituir a Fiança prestada pela Fiadora por seguro fiança locatícia a ser contratado às expensas e responsabilidades da Locatária ("Seguro Fiança Locatícia"); nos moldes do material de apoio disponibilizado pela Emissora em seu website (www.barisec.com.br), clicar em "Emissões", buscar pelo número da emissão, após o filtro clicar em "Ver detalhes" e buscar as informações na aba "Documentos" que aparece do lado direito da tela, o qual deverá observar os termos estabelecidos nos Contratos de Locação Sendas e permanecer vigente durante todo o prazo das respectivas locações; (II) em decorrência da Ordem do Dia prevista na alínea "I" acima, aprovação ou não da celebração dos aditamentos necessários aos Contratos de Locação Sendas, pelo assessor legal contratado, a fim de refletir a substituição da Fiança por Seguro Fiança Locatícia, bem como os aditamentos aos seguintes documentos do CRI: (a) Termo de Securitização; (b) Contrato de Cessão; (c) Escritura de Emissão de CCI; e (d) Contrato de Garantias; e (III) aprovação ou não da alteração da cláusula 12.3 do Termo de Securitização para que todas as convocações devam ser publicadas no jornal "O Dia" e ocorram exclusivamente de maneira digital na página que contém as informações do patrimônio separado no website da Emissora. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência a realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estado social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários), e caso investidor seja fundo investidor, o respectivo regulamento) para o seguinte endereço eletrônico: agente.fiduciario@vortex.com.br; jma@vortex.com.br e gviv@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@barisecuritizadora.com.br. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. O modelo de manifestação de voto será disponibilizado aos Titulares dos CRI que se habilitarem. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias listadas na Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no art. 32 da Resolução CVM 60/2021, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável, sendo informado por todos os presentes que tal hipótese existe. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

São Paulo, 28 de abril de 2026.
 Bari Securitizadora

bari **Bari Securitizadora S.A.**
 CNPJ/MF 10.608.405/0001-60 - NIRE 41.300.313.067
Edital de 1ª (Primeira) Convocação de Assembleia Especial dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª (Octogésima Terceira) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Em decorrência da notificação enviada pela Emissora à Sênas Distribuidora S.A. ("Locatária"), datada de 13 de março de 2026, bem como da posterior contranotação datada de 02 de abril de 2026, por meio das quais a Emissora solicitou a substituição da fiança prestada pela Companhia Brasileira de Distribuição (respectivamente, "Fiança" e "Fiadora") no âmbito dos Contratos de Locação Sendas (conforme definição constante do Termo de Securitização), em razão do deferimento da recuperação extrajudicial da Fiadora, nos termos da decisão proferida em 11 de março de 2026, nos autos do processo nº 0305772-74.2026.8.25.0100, em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, tendo, por sua vez, a Locatária solicitado a substituição da modalidade da garantia originalmente prestada, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª (Octogésima Terceira) Série da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissões", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 e seguintes do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª Série da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A., celebrado em 14 de julho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Especial dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 19 de maio de 2026, às 11h00min ("Assamblea"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (I) em observância ao disposto na Cláusula 10.1.2 dos Contratos de Locação Sendas, a qual prevê a substituição da Fiadora em caso de deferimento recuperação extrajudicial, tendo a Locatária solicitado a alteração da modalidade da garantia originalmente prestada, a aprovação ou não, para substituição da garantia atualmente prevista nos Contratos de Locação Sendas, de modo a substituir a Fiança prestada pela Fiadora por seguro fiança locatícia a ser contratado às expensas e responsabilidades da Locatária ("Seguro Fiança Locatícia"); nos moldes do material de apoio disponibilizado pela Emissora em seu website (www.barisec.com.br), clicar em "Emissões", buscar pelo número da emissão, após o filtro clicar em "Ver detalhes" e buscar as informações na aba "Documentos" que aparece do lado direito da tela, o qual deverá observar os termos estabelecidos nos Contratos de Locação Sendas e permanecer vigente durante todo o prazo das respectivas locações; (II) em decorrência da Ordem do Dia prevista na alínea "I" acima, aprovação ou não da celebração dos aditamentos necessários aos Contratos de Locação Sendas, pelo assessor legal contratado, a fim de refletir a substituição da Fiança por Seguro Fiança Locatícia, bem como os aditamentos aos seguintes documentos do CRI: (a) Termo de Securitização; (b) Contrato de Cessão; (c) Escritura de Emissão de CCI; e (d) Contrato de Garantias; e (III) aprovação ou não da alteração da cláusula 12.3 do Termo de Securitização para que todas as convocações devam ser publicadas no jornal "O Dia" e ocorram exclusivamente de maneira digital na página que contém as informações do patrimônio separado no website da Emissora. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência a realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estado social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários), e caso investidor seja fundo investidor, o respectivo regulamento) para o seguinte endereço eletrônico: agente.fiduciario@vortex.com.br; jma@vortex.com.br e gviv@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@barisecuritizadora.com.br. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. O modelo da manifestação de voto será disponibilizado aos Titulares dos CRI que se habilitarem. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias listadas na Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no art. 32 da Resolução CVM 60/2021, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável, sendo informado por todos os presentes que tal hipótese existe. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

São Paulo, 28 de abril de 2026.
 Bari Securitizadora

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.
 CNPJ nº 24.230.275/0001-80 NIRE 35300555830

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 24 de março de 2026, às 08h40min horas, de modo exclusivamente virtual, por videoconferência, sendo considerada como realizada na sede do Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gerivalta, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900. **2. Convocação e Presença:** A convocação foi realizada na forma do Artigo 16, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os seguintes membros do Conselho de Administração, a saber: (i) o Sr. Rodrigo Uchoa Luna (Presidente do Conselho de Administração); (ii) o Sr. Miguel Maia Mickelberg (membro); (iii) a Sra. Mônica Pires da Silva (membro independente); e (iv) o Sr. Nelson Roseira Gomes Neto (membro independente), estando ausente o Sr. Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff (membro) e o Sr. Efraim Schmuell Horn (Vice-Presidente do Conselho de Administração), que justificaram sua ausência. Estiveram presentes, ainda: (v) o Sr. Henrique Hildebrand Garcia, Diretor Jurídico da Companhia; (vi) o Sr. João Luis Ramos Hopp, Diretor Vice-Presidente Executivo, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia; e (vii) a Sra. Letícia Maria das Neves, advogada da área de Direito Societário da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rodrigo Uchoa Luna, Presidente, e o Sr. Henrique Hildebrand Garcia, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) reeleição dos membros da Diretoria da Companhia; (ii) ratificar a composição da Diretoria da Companhia; (iii) eleição dos membros do Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o quanto segue: 5.1. Aprovar, sem ressalvas, a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária que examinará as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2027, quais sejam, os Srs.: (i) **Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff**, conivente em união estável, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.819.164-9, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 089.012.428-00, para o cargo de **Diretor Presidente**; (ii) **Rodrigo Uchoa Luna**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.552.210-2, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 171.461.938-96, para ocupar o cargo de **Diretor Vice-Presidente**; (iii) **João Luis Ramos Hopp**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.570.559-97, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.070.288-90 para ocupar os cargos de **Diretor Vice-Presidente Executivo**, **Diretor de Relações com Investidores**, e **Diretor Financeiro**; (iv) **Renée Garófalo Silveira**, brasileira, divorciada, geógrafa, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.775.991-4, expedida pelo SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 270.832.538-89, para ocupar o cargo de **Diretora de Incorporação**; (v) **Leonardo Araújo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 55.237.485-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 069.680.607-04, para ocupar o cargo de **Diretor de Operações Financeiras**; (vi) **Gustavo Augusto Trombelli**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 46.790.764, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 270.321.568-19, para ocupar o cargo de **Diretor de Engenharia**, e (vii) **Weverton de Oliveira Costa**, brasileiro, casado, corretor de imóveis, portador da Cédula de Identidade RG nº 129.7468, expedida pela ITEP/RN, inscrito no CPF sob o nº 837204.724-34, para ocupar o cargo de **Diretor Comercial**, todos residentes e domiciliados na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivalta, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900. **5.1.2.** Os Diretores ora reeleitos acataram a sua nomeação, e serão investidos em seus respectivos cargos no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data, nos termos do artigo 149, §2º da Lei nº 6.404/76, mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro competente, os quais ficarão arquivados na sede da Companhia, declarando, expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vedem ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Consigna-se que as declarações de desimpedimento assinadas pelo Diretores ora reeleitos, nos termos da Lei nº 6.404/76, ficam arquivados na sede da Companhia. **5.2.** Aprovar, sem ressalvas, a ratificação da composição da Diretoria da Companhia que, em razão da deliberação aprovada no item 5.1, acima, passa a ter a seguinte composição: **Membros da Diretoria: Nome – Cargo:** Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff - Diretor Presidente; Rodrigo Uchoa Luna - Diretor Vice-Presidente; João Luis Ramos Hopp - Diretor Vice-Presidente Executivo, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; Renée Garófalo Silveira - Diretora de Incorporação; Leonardo Araújo - Diretor de Operações Financeiras; Gustavo Augusto Trombelli - Diretor de Engenharia; Weverton de Oliveira Costa - Diretor Comercial. **5.2.** Aprovar, sem ressalvas, a reeleição dos seguintes membros do Comitê de Auditoria Estatutária, com mandato de 1 (um) ano, que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária que examinará as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026: (i) **Mônica Pires da Silva**, brasileira, divorciada, contadora/advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 06049365-7, expedida pelo SECC-RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 806.150.317-49, residente e domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Gerivalta, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900, como **membro do Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia**. **5.2.1.** Fica consignado que os membros do Comitê de Auditoria Estatutária ora reeleitos acataram a sua nomeação, e serão investidos em seus cargos, prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data, mediante assinatura de termo de posse, o qual ficará arquivado na sede da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 24 de março de 2026. (*Página de assinaturas 1/1 da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A. realizada em 24 de março de 2026, às 08h40min.*) **Mesa:** **Rodrigo Uchoa Luna** – Presidente; **Henrique Hildebrand Garcia** – Secretário. **Membros do Conselho de Administração:** **Rodrigo Uchoa Luna** – Presidente; **Efraim Schmuell Horn** – Vice-Presidente; **Miguel Maia Mickelberg** – Membro; **Mônica Pires da Silva** – Membro; **Nelson Roseira Gomes Neto** – Membro. **JUCESP** 174.624/26-8 em 10/04/2026. Maria Centurion Dardani - Secretária Geral.

bari **Bari Securitizadora S.A.**
 CNPJ/MF 10.608.405/0001-60 - NIRE 41.300.313.067
Edital de 1ª (Primeira) Convocação de Assembleia Especial dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª (Octogésima Segunda) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Em decorrência da notificação enviada pela Emissora à Sênas Distribuidora S.A. ("Locatária"), datada de 13 de março de 2026, bem como da posterior contranotação datada de 02 de abril de 2026, por meio das quais a Emissora solicitou a substituição da fiança prestada pela Companhia Brasileira de Distribuição (respectivamente, "Fiança" e "Fiadora") no âmbito dos Contratos de Locação Sendas (conforme definição constante do Termo de Securitização), em razão do deferimento da recuperação extrajudicial da Fiadora, nos termos da decisão proferida em 11 de março de 2026, nos autos do processo nº 0305772-74.2026.8.25.0100, em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, tendo, por sua vez, a Locatária solicitado a substituição da modalidade da garantia originalmente prestada, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª (Octogésima Segunda) Série da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissões", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 e seguintes do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª Série da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A., celebrado em 19 de junho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Especial dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 18 de maio de 2026, às 15h00min ("Assamblea"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (I) em observância ao disposto na Cláusula 10.1.2 dos Contratos de Locação Sendas, a qual prevê a substituição da Fiadora em caso de deferimento recuperação extrajudicial, tendo a Locatária solicitado a alteração da modalidade da garantia originalmente prestada, a aprovação ou não, para substituição da garantia atualmente prevista nos Contratos de Locação Sendas, de modo a substituir a Fiança prestada pela Fiadora por seguro fiança locatícia a ser contratado às expensas e responsabilidades da Locatária ("Seguro Fiança Locatícia"); nos moldes do material de apoio disponibilizado pela Emissora em seu website (www.barisec.com.br), clicar em "Emissões", buscar pelo número da emissão, após o filtro clicar em "Ver detalhes" e buscar as informações na aba "Documentos" que aparece do lado direito da tela, o qual deverá observar os termos estabelecidos nos Contratos de Locação Sendas e permanecer vigente durante todo o prazo das respectivas locações; (II) em decorrência da Ordem do Dia prevista na alínea "I" acima, aprovação ou não da celebração dos aditamentos necessários aos Contratos de Locação Sendas, pelo assessor legal contratado, a fim de refletir a substituição da Fiança por Seguro Fiança Locatícia, bem como os aditamentos aos seguintes documentos do CRI: (a) Termo de Securitização; (b) Contrato de Cessão; (c) Escritura de Emissão de CCI; e (d) Contrato de Garantias; e (III) aprovação ou não da alteração da cláusula 12.3 do Termo de Securitização para que todas as convocações devam ser publicadas no jornal "O Dia" e ocorram exclusivamente de maneira digital, na página que contém as informações do patrimônio separado no website da Emissora. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência a realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estado social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários), e caso investidor seja fundo investidor, o respectivo regulamento) para o seguinte endereço eletrônico: agente.fiduciario@vortex.com.br; jma@vortex.com.br e gviv@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@barisecuritizadora.com.br. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. O modelo da manifestação de voto será disponibilizado aos Titulares dos CRI que se habilitarem. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias listadas na Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no art. 32 da Resolução CVM 60/2021, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável, sendo informado por todos os presentes que tal hipótese existe. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

São Paulo, 28 de abril de 2026.
 Bari Securitizadora

bari **Bari Securitizadora S.A.**
 CNPJ/MF 10.608.405/0001-60 - NIRE 41.300.313.067
Edital de 1ª (Primeira) Convocação de Assembleia Especial dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 84ª (Octogésima Quarta) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Em decorrência da notificação enviada pela Emissora à Sênas Distribuidora S.A. ("Locatária"), datada de 13 de março de 2026, bem como da posterior contranotação datada de 02 de abril de 2026, por meio das quais a Emissora solicitou a substituição da fiança prestada pela Companhia Brasileira de Distribuição (respectivamente, "Fiança" e "Fiadora") no âmbito dos Contratos de Locação Sendas (conforme definição constante do Termo de Securitização), em razão do deferimento da recuperação extrajudicial da Fiadora, nos termos da decisão proferida em 11 de março de 2026, nos autos do processo nº 0305772-74.2026.8.25.0100, em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, tendo, por sua vez, a Locatária solicitado a substituição da modalidade da garantia originalmente prestada, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 84ª (Octogésima Quarta) Série da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissões", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 e seguintes do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 84ª Série da 1ª Emissão da Bari Securitizadora S.A., celebrado em 14 de julho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Especial dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 19 de maio de 2026, às 15h00min ("Assamblea"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (I) em observância ao disposto na Cláusula 10.1.2 dos Contratos de Locação Sendas, a qual prevê a substituição da Fiadora em caso de deferimento recuperação extrajudicial, tendo a Locatária solicitado a alteração da modalidade da garantia originalmente prestada, a aprovação ou não, para substituição da garantia atualmente prevista nos Contratos de Locação Sendas, de modo a substituir a Fiança prestada pela Fiadora por seguro fiança locatícia a ser contratado às expensas e responsabilidades da Locatária ("Seguro Fiança Locatícia"); nos moldes do material de apoio disponibilizado pela Emissora em seu website (www.barisec.com.br), clicar em "Emissões", buscar pelo número da emissão, após o filtro clicar em "Ver detalhes" e buscar as informações na aba "Documentos" que aparece do lado direito da tela, o qual deverá observar os termos estabelecidos nos Contratos de Locação Sendas e permanecer vigente durante todo o prazo das respectivas locações; (II) em decorrência da Ordem do Dia prevista na alínea "I" acima, aprovação ou não da celebração dos aditamentos necessários aos Contratos de Locação Sendas, pelo assessor legal contratado, a fim de refletir a substituição da Fiança por Seguro Fiança Locatícia, bem como os aditamentos aos seguintes documentos do CRI: (a) Termo de Securitização; (b) Contrato de Cessão; (c) Escritura de Emissão de CCI; e (d) Contrato de Garantias; e (III) aprovação ou não da alteração da cláusula 12.3 do Termo de Securitização para que todas as convocações devam ser publicadas no jornal "O Dia" e ocorram exclusivamente de maneira digital, na página que contém as informações do patrimônio separado no website da Emissora. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência a realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estado social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários), e caso investidor seja fundo investidor, o respectivo regulamento) para o seguinte endereço eletrônico: agente.fiduciario@vortex.com.br; jma@vortex.com.br e gviv@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@barisecuritizadora.com.br. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. O modelo da manifestação de voto será disponibilizado aos Titulares dos CRI que se habilitarem. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias listadas na Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no art. 32 da Resolução CVM 60/2021, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável, sendo informado por todos os presentes que tal hipótese existe. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

São Paulo, 28 de abril de 2026.
 Bari Securitizadora

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.
 CNPJ nº 24.230.275/0001-80 NIRE 35300555830

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 24 de março de 2026, às 08h30min, de modo exclusivamente virtual, por videoconferência, sendo considerada como realizada na sede do Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gerivalta, nº 207, conjunto 172, Butantã, CEP 05501-900. **2. Convocação e Presença:** A convocação foi realizada na forma do Artigo 16, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os seguintes membros do Conselho de Administração, a saber: (i) o Sr. Rodrigo Uchoa Luna (Presidente do Conselho de Administração); (ii) o Sr. Miguel Maia Mickelberg (membro); (iii) a Sra. Mônica Pires da Silva (membro independente); e (iv) o Sr. Nelson Roseira Gomes Neto (membro independente), estando ausente o Sr. Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff (membro) e o Sr. Efraim Schmuell Horn (Vice-Presidente do Conselho de Administração), que justificaram sua ausência. Estiveram presentes, ainda: (v) o Sr. Henrique Hildebrand Garcia, Diretor Jurídico da Companhia; (vi) o Sr. João Luis Ramos Hopp, Diretor Vice-Presidente Executivo, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia; e (vii) a Sra. Letícia Maria das Neves, advogada da área de Direito Societário da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rodrigo Uchoa Luna, Presidente, e o Sr. Henrique Hildebrand Garcia, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (a) aprovar a proposta da administração a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 28 de abril de 2026, às 15 horas ("AGO"), tendo a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, acompanhados dos relatórios dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutária, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar o pagamento da participação dos Administradores no lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iii) deliberar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iv) deliberar a proposta de repatriamento de capital para o exercício social de 2026; (v) fixar o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia, na forma do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; (vi) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 1 (um) ano, na forma do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; e (vii) fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros do Comitê de Auditoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 ("Proposta da Administração"); e (b) aprovar a publicação do edital de convocação e respectiva convocação da AGO. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o quanto segue: 5.1. Aprovar a Proposta da Administração, a ser submetida à aprovação dos acionistas da Companhia reunidos na AGO, conforme cópia arquivada na sede da Companhia. 5.1.1. Restou consignado que, quanto à proposta de repatriamento de capital da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, após debaterem o tema em contexto com a estratégia econômica financeira da Companhia, os membros do Conselho de Administração decidiram propor, observado o permissivo da segunda parte do parágrafo 4º do artigo 196 da Lei das S.A., a retenção de lucros no montante de R\$ 262.008.784,04 (duzentos e sessenta e dois milhões, oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos) visando atender as necessidades de recursos da Companhia para investimentos em expansão e produtividade, incluindo capital de giro, e em aquisição de terrenos, conforme indicado no Anexo III.I da Proposta da Administração. 5.1.2. Consignar, ainda, que não haverá destinação de parcela do lucro líquido à reserva legal da Companhia, tendo em vista que tal reserva já atingiu o limite previsto no art. 193 da Lei da S.A. 5.2. Aprovar a publicação do edital de convocação e a respectiva convocação da AGO, a realizar-se em 28 de abril de 2026, às 15 horas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 24 de março de 2026. (*Página de assinaturas 1/1 da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A. realizada em 24 de março de 2026, às 08h30min.*) **Mesa:** **Rodrigo Uchoa Luna** – Presidente; **Henrique Hildebrand Garcia** – Secretário. **Membros do Conselho de Administração:** **Rodrigo Uchoa Luna** – Presidente; **Efraim Schmuell Horn** – Vice-Presidente; **Miguel Maia Mickelberg** – Membro; **Mônica Pires da Silva** – Membro; **Nelson Roseira Gomes Neto** – Membro. **JUCESP** 174.624/26-8 em 10/04/2026. Maria Centurion Dardani - Secretária Geral.

EMBRAMACO - EMPRESA BRASILEIRA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO S.A.
 CNPJ/MF: 56.883.820/0001-23 - NIRE: 35.300.550.955
 Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 04 de maio de 2026, às 10:00 horas, na sede social da empresa EMBRAMACO - Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A., na Avenida Cond. Guilherme Prates, nº 382, Sala 03, Bairro Santa Catarina, na Cidade de Santa Gertrudes - SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: A) Deliberar sobre o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2025; e respectiva publicação; e B) Outros assuntos de interesse da empresa. (25 - 28 e 29)

Avanço S.A. Indústria e Comércio de Máquinas
 CNPJ Nº 43.297.852/0001-03

Table with columns: Carteira de clientes (R), Fundo de comércio (R), Licença de uso de software (R), Intangível em andamento (R), Acordo não competitividade (R), Total. Rows include Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Carteira de clientes (R), Licença de uso de software (R), Intangível em andamento (R), Total. Rows include Custo, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Carteira de clientes (R), Licença de uso de software (R), Intangível em andamento (R), Total. Rows include Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Carteira de clientes (R), Licença de uso de software (R), Intangível em andamento (R), Total. Rows include Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

12. FUNDOS DE COMÉRCIO

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Modeda local, Modeda estrangeira, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

13. DIREITOS DE USO PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Custo, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

PROSEGUER SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

À mensuração do passivo de benefício definido. Anualmente sua atualização é realizada por atuários especializados.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão geral: O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre o impacto do grupo em um dos riscos mencionados.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Custo dos serviços prestados, Despesas comerciais, Despesas gerais e administrativas.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Custo dos serviços prestados, Despesas comerciais, Despesas gerais e administrativas.

Impacto positivo em 2025 decorre principalmente da resolução de procedimentos fiscais junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que resultou na reversão das provisões relacionadas aos processos da Transperv, em razão dos pagamentos efetuados, conforme apresentado na Nota Explicativa 16.

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Indenização por aproveitamento de crédito fiscal (I), Provisão por perda de investimento a receber (II), Provisão por perda de investimento (III), Ganho ou perda de ativos (IV), Créditos a receber de terceiros (V), Outras receitas (despesas) operacionais (VI).

Relativa à transação tributária da Transperv Transporte de Valores e Segurança Ltda. em decorrência da aplicação de créditos tributários em investimentos e empréstimos a receber com a coligada Harapy Holding Ltda. (iii) Valor correspondente aos honorários advocatícios incorridos em processos judiciais envolvendo a Transperv Transporte de Valores e Segurança Ltda. (iv) Créditos contemplados por PIS e COFINS relativos a pagamentos efetuados nos exercícios de 2021 a 2024.

24. RESULTADO FINANCEIRO

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, Outras receitas financeiras.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Mapa de transações com partes relacionadas.

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31/12/2023, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2025.

Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows include Saldo em 31 de dezembro Saldo em 31 de janeiro Includos no resultado Despesa (receita) de juros Includos em ORB Perdas (ganhos) de remensuração: - Premissas demográficas - Ajustes pela experiência - Interferência de funcionários

Bauko Rental Locação de Equipamentos S/A
Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 - Em Reais

Bauko Máquinas S/A
Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

VATICANO RESTAURANTE S/A
BALANÇO PATRIMONIAL - 31/12/2025
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2025

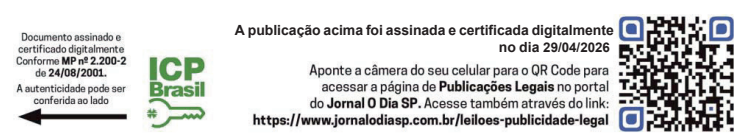
Operador Investment S.A.
Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em reais)

Sumitomo Corporation do Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Sumitomo Corporation do Brasil S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Atividades Operacionais

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código D6D3-ED7E-0970-A707.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código D6D3-ED7E-0970-A707.



ORIZON BIOMETANO PAULINIA II LTDA

CNPJ: 45.216.680/0001-13

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 2024			Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2025 e 2024			Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2025 e 2024		
(Em milhares de reais)			(Em milhares de reais)			(Em milhares de reais)		
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	9	5	Custo dos serviços prestados	(1)	(9)	Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Impostos e contribuições a recuperar	2	2	Lucro bruto	(1)	(9)	Lucro líquido (Prejuízo) do período	(1)	(15)
Outros ativos circulante	-	4	Receitas (despesas) operacionais			Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):		
Total do ativo circulante	11	11	Gerais e administrativas	(6)	(3)	Provisão para contingências	-	-
Não circulante			Outras receitas (despesas), líquidas	9	-	Ajuste a valor presente	-	-
Imobilizado, Líquido	151	142	Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	2	(12)	Varição cambial	-	-
Total do ativo não circulante	151	142	Resultado financeiro			Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Total do ativo	162	153	Receitas financeiras	1	-	Depreciações e amortizações	-	9
Passivo e PL			Despesas financeiras	(1)	(3)	(Aumento) redução nos ativos operacionais	4	2
Circulante			Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2	(15)	Adiantamentos	-	-
Impostos e contribuições a recolher	3	3	Imposto de renda e contribuição social	(3)	-	Aumento (redução) nos passivos operacionais	2	-
Total do passivo circulante	3	3	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1)	(15)	Impostos e contribuições a recolher	5	(4)
Não circulante						Caixa (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais	(2)	-
Passivo com partes relacionadas	192	183				Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	3	(4)
Total do passivo não circulante	192	183				Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Patrimônio líquido						Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1)
(-) Prejuízos acumulados	(33)	(33)	Saldos em 1º de janeiro de 2024	1	(18)	Aquisições de imobilizado e intangível	(9)	-
Total do patrimônio líquido	(33)	(33)	Capital Integralizar	(1)	-	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(9)	(1)
Total do passivo e do patrimônio líquido	162	153	Lucros ou Prejuízo do exercício	-	(15)	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
			Saldos em 1º de janeiro de 2025	-	(33)	Partes relacionadas	9	-
			Lucro ou Prejuízo do exercício	-	(1)	Pagamento baseado em ações, liquidado em caixa	-	-
			Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	(33)	Emissão de novas ações	-	-
						Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	9	-
						Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	4	(5)
						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	10
						Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	5
						Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	4	(5)

RESPONSÁVEIS
Diretor: Leonardo Roberto Pereira dos Santos - CPF: 218.498.438-80
Contador: Jessé Gonçalves de Lima Andrade - CRC/RJ 115836/O-8

ORIZON HOLDING CEARÁ LTDA

CNPJ: 51.882.589/0001-30

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 2024				Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2025 e 2024				Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2025 e 2024						
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais)						
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo														
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	37	32	124	38	Receita operacional líquida	-	-	280	-	Fluxos de caixa das atividades operacionais	531	(447)	871	(713)
Contas a receber de clientes	-	-	1.790	226	Custo dos serviços prestados	-	-	4.989	-	Lucro líquido (Prejuízo) do período	(511)	400	-	400
Impostos e contribuições a recuperar	1	-	125	(5)	Lucro bruto	-	-	1.112	(345)	Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):				
Outros ativos circulante	-	-	8	121	Receitas (despesas) operacionais	(829)	(213)	(834)	(334)	Resultado de equivalência patrimonial	822	165	-	194
Total do ativo circulante	38	32	2.047	390	Gerais e administrativas	845	289	969	102	Depreciações e amortizações	-	-	-	-
Não circulante					Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	-	Outros	(19.299)	-	-	-
Partes relacionadas não circulante	3.220	1.264	-	470	Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	16	75	1.247	(577)	(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	-	(1.565)	(226)
Investimentos	15.496	6.921	0	-	Resultado financeiro	511	(400)	871	(714)	Contas a receber de clientes	-	-	(130)	5
Imobilizado, Líquido	-	-	4.760	2.723	Receitas financeiras	5	(53)	16	(50)	Impostos a recuperar	(1)	-	112	(121)
Intangível	-	-	13.987	5.572	Despesas financeiras	(1)	(4)	(70)	(14)	Adiantamentos	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	18.716	8.185	18.747	8.765	Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	531	(382)	1.193	(641)	Aumento (redução) nos passivos operacionais	(45)	45	288	293
Total do ativo	18.754	8.217	20.794	9.145	Imposto de renda e contribuição social	-	-	(65)	(72)	Salários e encargos sociais	-	28	53	141
					Lucro líquido (prejuízo) do período	531	(447)	871	(714)	Impostos e contribuições a recolher	-	-	105	54
										Adiantamentos de clientes	-	-	18	-
										Outros	2	1	6	1
										Caixa (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais	(18.501)	192	(241)	28
										Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	188	-
										Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(18.501)	192	(54)	28
										Fluxos de caixa das atividades de investimento				
										Aquisições de participação societária, líquida dos caixas	-	-	-	-
										adquiridos	-	(7.486)	-	-
										Aquisições de imobilizado e intangível	10.412	-	(10.453)	(133)
										Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	10.412	(7.486)	(10.453)	(133)
										Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
										Aquisições de participação societária, líquida dos caixas	8.094	7.326	10.593	143
										Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	8.094	7.326	10.593	143
										Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	5	32	86	38
										Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32	-	38	-
										Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37	32	124	38
										Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	5	32	86	38

RESPONSÁVEIS
Diretor: Leonardo Roberto Pereira dos Santos - CPF: 218.498.438-80
Contador: Jessé Gonçalves de Lima Andrade - CRC/RJ 115836/O-8

ORIZON BIOMETANO ITAPEVI LTDA

CNPJ: 59.677.399/0001-92

Balanco Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		Demonstração de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	
(Em milhares de reais)		(Em milhares de reais)		(Em milhares de reais)	
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	831	-	Receitas (despesas) operacionais	(155)	-
Outros ativos circulante	2.336	-	Gerais e administrativas	-	-
Total do ativo circulante	3.167	-	Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	(155)	-
Não circulante			Resultado financeiro		
Imobilizado, Líquido	2.622	-	Receitas financeiras	33	-
Total do ativo não circulante	2.622	-	Despesas financeiras	(3)	-
Total do ativo	5.789	-	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(125)	-
Passivo			Corrente	(7)	-
Circulante			Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(132)	-
Fornecedores	66	-			
Impostos e contribuições a recolher	17	-	Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
Outros passivos circulantes	514	-			
Total do passivo circulante	597	-			
Não circulante					
Passivo com partes relacionadas	4.556	-	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(132)	-
Total do passivo não circulante	4.556	-	Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial	-	-
Patrimônio líquido			Lucros ou Prejuízo do exercício	(132)	-
Capital social	768	-	Totais de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos	(132)	-
(-) Prejuízos acumulados	(132)	-			
Total do patrimônio líquido	636	-	Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
Total do passivo e do patrimônio líquido	5.789	-			

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Saldos em 1º de janeiro de 2025
Prejuízo do exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2025

Capital social 768
Prejuízos acumulados (132)
Total 636

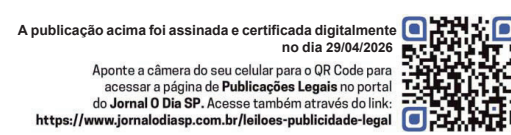
ORIZON CTR METROPOLITANA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 42.805.925/0001-50

Balancos Patrimoniais (Em milhares de reais)		Demonstrações de Resultados (Em milhares de reais)		Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)	
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	Receitas (despesas) operacionais	(4)	(6)
Impostos e contribuições a recuperar	2	-	Gerais e administrativas	(162)	(6)
Total do ativo circulante	3	-	Outras receitas (despesas), líquidas	(166)	(6)
Não circulante			Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	1.272	2.146
Investimentos	15.873	14.764	Resultado de equivalência patrimonial	1	-
Total do ativo não circulante	15.873	14.764	Resultado financeiro	1.272	2.146
Total do ativo	15.876	14.764	Receitas financeiras	1	-
Passivo			Despesas financeiras	(1)	-
Circulante			Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.106	2.140
Passivo com partes relacionadas	12	7	Lucro líquido do exercício	1.106	2.140
Total do passivo circulante	12	7			
Não circulante			Demonstrações de Resultados Abrangentes (Em milhares de reais)		
Capital social	11.350	11.350			
Reserva Legal	225	1.267	Lucro líquido do período	1.106	2.140
Reserva para investimentos	4.288	-	Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos	1.106	2.140
Lucros acumulados	-	2.140			
Total do patrimônio líquido	15.863	14.757			
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.876	14.764			
			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)		
			Reserva de capital		
			Capital social	11.803	12.619
			Reserva de capital	(2)	(2)
			Reserva de investimento	-	2.140
			Lucros acumulados	-	14.757
			Total Patrimônio líquido	11.801	14.757
			Saldos em 1º de janeiro de 2024	11.801	14.757
			Aumento de Capital	11.801	-
			Lucro Líquido do Exercício	-	1.106
			Destinação/reclassificação	(451)	-
			Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.350	15.863

DIRETORIA
Milton Pilaó Júnior - CPF: 125.107.888-50 - Diretor
Jessé Gonçalves de Lima Andrade - CRC/RJ 115836/O-8 - Contador

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.



Infra6 Participações S.A.

CNPJ nº 33.314.054/0001-80

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Infra6 Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Infra6 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do

auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as res-

pectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Maurício Mito Yuhara
Contador - CRC SP-260523/O



Jornal O DIA SP

SPE SP Terminais Noroeste S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025 e 2024

Realiz. R\$ (em milhares)

Balancos patrimoniais		2025		2024	
Ativo	Nota	2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.213	678		
Títulos e valores mobiliários	6	2.394	4.609		
Contas a receber	7	2.243	2.004		
Tributos a recuperar	8	603	325		
Outros ativos	9	852	396		
Total do ativo circulante		6.702	8.012		
Não circulante					
Contas a receber	7	159	408		
Depósitos judiciais	-	8	147		
Intangível líquido	10	108.751	93.513		
Ativo de direito de uso	11	9.142	12.953		
Total do ativo não circulante		118.066	107.033		
Total do ativo		124.768	115.043		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Cessão de recebíveis imobiliários	12	7.754	5,720		
Fornecedores	13	1.717	3.608		
Obrigações sociais e trabalhistas	14	3.514	2.460		
Tributos e contribuições a recolher	15	4.783	2.933		
Partes relacionadas	17	603	325		
Passivo de Arrendamento	16	1.740	2.230		
Outras contas a pagar	-	43	233		
Total do passivo circulante		20.164	17.634		
Não circulante					
Cessão de recebíveis imobiliários	12	63.803	65,732		
Provisão para demandas judiciais	18	18	17		
Tributos e contribuições a recolher	15	7.922	5,695		
Impostos diferidos	15	8.082	6,564		
Dividendos a pagar	-	1.504	63		
Partes relacionadas	17	4.849	1.675		
Passivo de Arrendamento	16	2.467	4.203		
Total do passivo não circulante		88.642	86,073		
Patrimônio líquido					
Capital social	19	10.995	10,995		
Reserva legal	19	455	151		
Reserva de lucros	19	4.512	190		
		15.962	11,336		
Total do passivo e patrimônio líquido		124.768	115,043		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado		2025		2024	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	20	82.259	104,573		
Custo dos serviços prestados	21	(61.796)	(97,978)		
Lucro bruto		20.463	6,595		
Despesas gerais e administrativas	22	(43)	(151)		
Outras receitas e (despesas)		(43)	111		
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		20.376	6,555		
Receitas financeiras	23	222	1,471		
Despesas financeiras	23	(11.989)	(3,662)		
Lucro antes do IR e da CS		(11.787)	(2,191)		
IR e CS correntes	15	1.024	-		
IR e CS diferidos	15	(1.818)	(4,098)		
Lucro líquido do exercício		6.067	266		
Lucro básico por ação (em R\$)		0,552	0,203		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mudança do patrimônio líquido		2025		2024	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023		10.995	138	10.995	138
Distribuição de lucros	19.c	-	(1.968)	-	(1.968)
Lucro líquido do exercício	19.b	-	-	266	266
Dividendos mínimos obrigatórios	19.b	-	-	(63)	(63)
Destinação para reserva legal	19.a	-	13	-	-
Constituição reserva de lucros	19.c	-	-	190	190
Saldos em 31 de dezembro de 2024		10.995	151	10.995	190
Lucro líquido do exercício	19.b	-	-	6.067	6,067
Dividendos mínimos obrigatórios	19.b	-	-	(1.441)	(1,441)
Destinação para reserva legal	19.a	-	304	-	(304)
Constituição reserva de lucros	19.c	-	-	4.322	(4,322)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		10.995	455	10.995	15,962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mudança do patrimônio líquido		2025		2024	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023		10.995	138	10.995	138
Distribuição de lucros	19.c	-	(1.968)	-	(1.968)
Lucro líquido do exercício	19.b	-	-	266	266
Dividendos mínimos obrigatórios	19.b	-	-	(63)	(63)
Destinação para reserva legal	19.a	-	13	-	-
Constituição reserva de lucros	19.c	-	-	190	190
Saldos em 31 de dezembro de 2024		10.995	151	10.995	190
Lucro líquido do exercício	19.b	-	-	6.067	6,067
Dividendos mínimos obrigatórios	19.b	-	-	(1.441)	(1,441)
Destinação para reserva legal	19.a	-	304	-	(304)
Constituição reserva de lucros	19.c	-	-	4.322	(4,322)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		10.995	455	10.995	15,962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Informações gerais: A SPE SP Terminais Noroeste S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Bela Cintra nº 1.149, 8º andar, sala O, Consolação, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 03/01/2022. A Companhia é uma sociedade de propósito específico e tem por objeto social a execução do contrato de Parceria Público-Privada ("PPP"), na modalidade de Concessão Administrativa para a administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de São Paulo, incluídos no Bloco Noroeste, nos termos da Lei Federal nº 11.179/2004 e da Lei Municipal nº 16.211/2015, do contrato de concessão e seus anexos, celebrado com o Município de São Paulo, e a exploração e início de funcionamento. O prazo da concessão é de 30 anos com início da execução dos serviços em 01/11/2022 e data final em 30/10/2052. A conclusão e emissão dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2025, foram aprovadas pela Diretoria e Acionistas em 22/04/2026. **Reconhecimento do capital circulante líquido:** A Administração efetuou a avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração destas informações anuais. Em 31/12/2025, a Companhia apresenta o capital circulante líquido negativo de R\$13.462 (R\$5.284 negativo em 31/12/2024). A Companhia avaliou seus fluxos de caixa futuros e está convicta que nos próximos exercícios, haverá evolução positiva em seu capital circulante líquido. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações posteriores (Lei nº 11.941/09), e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Durante o exercício corrente, a Companhia representou o balanço patrimonial levantado em 31/12/2024 para reclassificar o saldo de direito de uso do ativo circulante para o não circulante, no montante de R\$4.338, de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro ("CPC 23"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados aumentos e reduções de valores decorrentes de resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **2.2. Moeda funcional de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("Moeda funcional"). **3. Práticas contábeis materiais:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) **Instrumentos financeiros:** i) **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, da Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo por meio do resultado. Os custos de transação de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no momento da aquisição. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, no caso de instrumentos de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de negócio); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de negócio); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado

de compra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos ao custo amortizado, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos ou perdas em perdas para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sou o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **Avaliação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são avaliados no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **Provisões para perdas de crédito esperadas:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: a) Avaliação de ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, ademais o total do ativo intangível em 31/12/2025 é de R\$ 108.751 e está apresentado na Nota Explicativa nº 10. c) **Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) decorrente de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) **Ajuste a valor presente "AVP" de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos ao valor presente líquido (VPL) no balanço patrimonial individual e consolidado, usando a taxa média de encargos financeiros em que ocorre quando os seus captativos, tanto para ativos quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos para perda de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos de caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos em bases líquidas. **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem: a) títulos e valores mobiliários práticos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tem a classificação de forma interregulada pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com o mesmo termo de vencimento, não atenderia à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, retém os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferir nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. A provisão para perdas de crédito é baseada-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para as perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e outros resultados de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **Mensuração subsequente:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. ii) **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados ao custo amortizado ou um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuídos à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos, sendo os passivos financeiros a decorrer de instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação. Passivos financeiros são mensurados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins

de compra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos ao custo amortizado, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos ou perdas em perdas para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sou o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **Provisões para perdas de crédito esperadas:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: a) Avaliação de ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, ademais o total do ativo intangível em 31/12/2025 é de R\$ 108.751 e está apresentado na Nota Explicativa nº 10. c) **Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) decorrente de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) **Ajuste a valor presente "AVP" de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos ao valor presente líquido (VPL) no balanço patrimonial individual e consolidado, usando a taxa média de encargos financeiros em que ocorre quando os seus captativos, tanto para ativos quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos para perda de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos de caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos em bases líquidas. **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem: a) títulos e valores mobiliários práticos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tem a classificação de forma interregulada pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com o mesmo termo de vencimento, não atenderia à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, retém os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferir nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. A provisão para perdas de crédito é baseada-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para as perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e outros resultados de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **Mensuração subsequente:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. ii) **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados ao custo amortizado ou um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuídos à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos, sendo os passivos financeiros a decorrer de instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação. Passivos financeiros são mensurados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins

de compra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos ao custo amortizado, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos ou perdas em perdas

SPE SP Terminais Noroeste S.A. - CNPJ. nº 44.765.258/0001-54

Taxas médias anuais de amortização %				
	2024	Adições	Baixas	Transf.ferência
Custos				
Benefitória em propriedades de terceiros (*)	(*)	36.207	66	43.456
Viabilidade técnica	(*)	400	-	400
Máquinas e equipamentos	10	1.289	17	1.132
Equipamentos de informática	20	1.488	2	1.541
Móveis, utensílios e instalações	10	212	78	147
Software	20	73	55	32
Construção em andamento (**)	35.333	13.512	-	(46.308)
Beneficiárias - Encargos Financeiros	-	-	-	19.307
Encargos financeiros CRI (Juros pagos)	-	-	-	2.928
Encargos financeiros CRI (atualização)	-	-	-	2.004
Encargos financeiros-Obras (***)	19.307	-	-	(19.307)
Total custos	94.309	18.662	-	112.971

Taxas médias anuais de amortização %				
	2023	Adições	Baixas	Transf.ferência
Custos				
Benefitória em propriedades de terceiros (*)	(*)	-	-	36.207
Viabilidade técnica	(*)	400	-	400
Máquinas e equipamentos	10	1.289	-	1.289
Equipamentos de informática	20	1.488	-	1.488
Móveis, utensílios e instalações	10	212	(14)	212
Software	20	73	-	73
Construção em andamento (**)	29.312	42.228	(36.207)	35.333
Encargos financeiros-Obras (***)	7.255	12.052	-	19.307
Total custos	37.232	57.091	(14)	94.309

Taxas médias anuais de amortização %				
	2023	Adições	Baixas	Transf.ferência
Custos				
Benefitória em propriedades de terceiros (*)	(*)	-	-	36.207
Viabilidade técnica	(*)	400	-	400
Máquinas e equipamentos	10	1.289	-	1.289
Equipamentos de informática	20	1.488	-	1.488
Móveis, utensílios e instalações	10	212	(14)	212
Software	20	73	-	73
Construção em andamento (**)	29.312	42.228	(36.207)	35.333
Encargos financeiros-Obras (***)	7.255	12.052	-	19.307
Total custos	37.232	57.091	(14)	94.309

(*) Amortização dos ativos intangíveis é registrada conforme interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e são amortizados pelo método linear. A taxa média de amortização em 31/12/2025 é de 3,33%. (**) O saldo refere-se aos serviços das obras de requalificação, modernização e melhorias dos terminais urbanos integrantes do Bloco Noroeste. As obras iniciaram no segundo semestre de 2023 e a conclusão está prevista para ocorrer até início de 2025. O valor total estimado para as obras é de R\$81.927. Em 31/12/2025 algumas obras foram concluídas, há obras em andamento para os terminais Lapa e Nova Cochoerinha, assim, o saldo foi transferido de obras para beneficiárias. (***) Os juros sobre empréstimos são registrados conforme interpretação técnica CPC 20 e serão capitalizados como parte da obra até a entrega total da obra.

Taxas médias anuais de amortização %				
	2024	Adições	Amortização	2025
Custos				
Direito de uso - Equipamentos (a)	-	15.128	-	15.128
Total custos	-	15.128	-	15.128
Amortização				
Direito de uso - Equipamentos (a)	20	(2.165)	-	(3.815)
Total amortização		(2.165)	-	(3.815)
Total líquido		12.963	-	11.313

Taxas médias anuais de amortização %				
	2023	Adições	Amortização	2024
Custos				
Direito de uso - Equipamentos (a)	-	15.128	-	15.128
Total custos	-	15.128	-	15.128
Amortização				
Direito de uso - Equipamentos (a)	20	(257)	-	(1.908)
Total amortização		(257)	-	(1.908)
Total líquido		14.871	-	13.220

(a) Refere-se à locação de equipamentos, bem como, a instalação e melhorias do Sistema de Segurança Eletrônica com implantação de Sistema de Vídeo Análise (IVA), destinado aos corredores, paradas e terminais integrantes do Bloco Noroeste. O contrato iniciou em novembro de 2022 e possui prazo de 60 meses, podendo ser renovado pelo mesmo período e após o período de 120 meses os equipamentos serão doados à Companhia.

12. Cessão de Recebíveis Imobiliários: A Companhia captou recursos financeiros por meio da Cessão de Recebíveis Imobiliários ("CRI") para aplicação dos recursos nas obras de requalificação e melhoria dos terminais urbanos do Bloco Noroeste e estão apresentados a seguir:

Emissão e série	Emissão	Data de vencimento	Taxa de juros anual	2025	2024
36ª Emissão - série 1	27/02/2023	16/02/2033	11% + IPCA	53.910	56.003
36ª Emissão - série 2	01/08/2023	16/03/2033	11% + IPCA	26.419	27.444

Custos de transação (CPC 08)				
	2025	2024	2025	2024
Total	71.557	73.452	7.754	5.720
Circulante	63.803	67.732		

Saldo Inicial				
	2025	2024	2025	2024
(+) Captação	73.452	62.065	5.720	14.504
(-) Amortização principal	(6.848)	(4.630)	8.338	14.933
(-) Juros pagos	(5.822)	(7.966)	59.394	85.743
(-) Juros pagos (intangível)	(2.928)	-	(8.772)	(9.995)
(+) Encargos financeiros	7.547	12.052	115.180	34.850
(+) Encargos financeiros CRI (intangível)	4.932	-		
(-) Custo de captação (a)	-	(10.913)		
(+) Apropriação de custos captação	1.224	918		
Saldo final	71.557	73.452		

a) Reclassificação das custas de transação que se encontrava no ativo no ano de 2024. O valor total das emissões é de R\$81.927, sendo R\$54.500 para os CRI 1ª Série na Data de Emissão dos CRI 1ª Série, e R\$ 27.427 para os CRI 2ª Série na Data de Emissão dos CRI 2ª Série. O Valor Nominal dos CRIs é R\$1, na Data de Emissão dos CRI para cada série e até 31/12/2023, haviam sido integralizados 54.500 CRI da série 1 e 5.501 CRI da série 2, totalizando 60.001 CRI integralizados, em 2024 foram integralizados o residual de 21.926 CRI, referente a série 2, totalizando os 81.927 CRI integralizados. Cronograma de vencimentos: A tabela a seguir apresenta o cronograma de

Debitores		Índice calculado	
	Descrição do covenant	2025	2024
SPE SP Terminais Noroeste S.A.	Covenants com a controladora FMFS, solicitado da seguinte forma: Razoão entre a Dívida Líquida e EBITDA inferior a 3,95 ano base de 2024; Razoão entre a Dívida Líquida e EBITDA inferior a 3,55 ano base de 2025;	3,56	3,79

Em 03/04/2024, por meio da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª séries da 36ª emissão de CRI da Canal Companhia de Securitização foram deliberados: i) A não declaração de vencimento antecipado da Operação em decorrência do descumprimento dos Índices Financeiros referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024 ("Waiver"); ii) Alteração nos documentos da operação dos seguintes termos: "Dívida Bruta", que passa a ser compreendido como "Dívida Bruta Abrangente"; "Dívida Líquida", que passa a ser compreendido como "Dívida Líquida Abrangente"; iii) Inclusão das definições de "Dívida Bruta" e "Dívida Líquida"; iv) A alteração dos Índices Financeiros para que passem a ser os seguintes: a) Abrangente/EBITDA" sendo menor ou igual a (i) 3,95 para o exercício em 31/12/2024, e (ii) 3,55 para os exercícios findos a partir de 31/12/2025 até a Data de Vencimento; b) Dívida

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da SPE SP Terminais Noroeste S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SPE SP Terminais Noroeste S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a

Bruta Abrangente Máxima, que deverá ser menor ou igual a R\$ 792.000 para o exercício findo em 31/12/2024, e (ii) R\$ 672.000 para os exercícios findos a partir de 31/12/2025 até a Data de Vencimento. Em 31/12/2025, por meio da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª séries da 36ª emissão de CRI da Canal Companhia de Securitização foram deliberados: a) Aprovar a concessão de waiver prévio, a fim de não configurar um Evento de Vencimento. Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, alínea "xviii", do Termo de Emissão (conforme definido nos Documentos da Operação), e, consequentemente, na Cláusula 7.3.1 do Termo de Securitização, em razão do possível descumprimento dos Índices Financeiros referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, permanecendo inalteradas as obrigações e apurações relativas aos exercícios sociais subsequentes ("Waiver"). Fica, desde já, estabelecido que, em contrapartida à aprovação do Waiver, a Devedora oferece, aos Titulares do CRI, o pagamento de um waiver fee, no valor de 1% (um por cento), incorporado no Saldo Devedor na data de eventual aprovação em Assembleia. Em 2025, a Companhia não cumpriu os covenants relacionados ao limite de endividamento bruto de algumas controladas, para os quais a Companhia obtive o waiver em instituições financeiras afiliadas pelo de fault dos covenants, antes da data de encerramento das demonstrações financeiras, findas em 31/12/2025, dessa forma, foram apresentados regularmente segregados entre o passivo circulante e não circulante de consonância com os vencimentos vigentes dessas dívidas. 13. Fornecedores: O saldo refere-se principalmente aos fornecedores de bens e serviços para as obras de modernização e melhorias dos terminais.

Fornecedores				
	2025	2024	2025	2024
Salários e ordenados a pagar	477	453		
INSS a recolher	1.256	254		
FGTS a recolher	84	80		
RRF a recolher	22	72		
Férias e encargos a pagar	1.581	1.535		
Outros	44	66		
	3.514	2.460		

Em 31/12/2025, a Companhia possuía 204 colaboradores (212 colaboradores em 2024).

15. Tributos e contribuições a recolher:				
	2025	2024	2025	2024
PIS e COFINS	1.572	630		
IRPJ e CSLL	400	259		
Impostos retidos na fonte	259	417		
Parcelamento de impostos federais	5.603	3.777		
Parcelamento de impostos previdenciários	4.881	3.774		
	12.115	8.598		
Circulante	4.793	2.933		
Não circulante	7.922	5.665		

A abertura dos parcelamentos a recolher por vencimento segue demonstrada abaixo:

Parcelamentos				
	2026	2027	2028	2029
De impostos	2.562	2.562	2.361	1.834
De impostos de renda e contribuição social corrente:	2.562	2.562	2.361	1.834
De impostos de renda e contribuição social diferido:	1.834	1.165	1.048	1.048
Total	6.958	6.289	6.774	4.720

Impostos de renda e contribuição social corrente:				
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente	4.465	12.052		
Alíquota fiscal	34%	34%		
Imposto diferido (resultado)	(1.518)	(4.098)		
Saldo inicial do imposto diferido - passivo	6.564	2.467		
Saldo final do imposto diferido - passivo	8.082	6.564		
Arrendamentos de equipamentos (a)	2025	2024		
Total	4.207	7.437		
Circulante	1.740	3.230		
Não circulante	2.467	4.207		

(a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, refere-se à arrendamento a pagar pela locação de equipamentos, bem como, a instalação e melhorias do Sistema de Segurança Eletrônica com implantação de Sistema de Vídeo Análise (IVA), destinado aos corredores, paradas e terminais integrantes do Bloco Noroeste. O contrato iniciou em novembro de 2022 e possui prazo de 60 meses, podendo ser renovado pelo mesmo período e após o período de 120 meses os equipamentos serão doados à Companhia. A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 2025 e 2024, segue conforme quadro abaixo:

Arrendamentos de equipamentos				
	2025	2024	2025	2024
Arrendamentos de equipamentos	8.878	13.559		
(-) Ajuste a Valor Presente (AVP)	(679)	(2.130)		
Subtotal	8.199	11.429		
(-) Pagamentos realizados	(3.992)	(3.992)		
Total	4.207	7.437		

17. Partes relacionadas:				
	2025	2024	2025	2024
Passivo				
Reembolso de despesas a pagar	603	-		
Socicam Administração, Proj. e Repr. S.A.	603	-		

Conta corrente				
	2025	2024	2025	2024
Socicam Administração, Proj. e Repr. S.A. (a)	4.849	1.675		
Total passivo	4.849	1.675		
Circulante	603	-		
Não circulante	4.849	1.675		

(a) Representado por operações de crédito em conta corrente com os sócios, sem data de vencimento determinada e sem encargos financeiros e reembolso de despesas a pagar.

internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 22 de abril de 2026.

18. Provisões para demandas judiciais:				
	2025	2024	2025	2024
Contingência trabalhista	15	167		
	15	167		

Em 31/12/2025, a Companhia tem processos não registrados em suas provisões para demandas judiciais por estimar a probabilidade de perda como possível com base na avaliação de seus consultores jurídicos no montante de R\$ 397 (natureza civil R\$10 e trabalhista R\$387) e em 2024 o valor foi de R\$528 (sendo de natureza civil no montante de R\$52 e trabalhista no montante de R\$576). 19. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$10.995 dividido em 10.994.500 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em outubro de 2023, os acionistas integralizaram o montante de R\$10.985. Em 31/12/2025 e de 2024, o capital social está assim distribuído:

Sócios			
	2025	2024	
	Acções	Participação	
Socicam Administração, Proj. e Representações S.A.	9.345.325	85%	
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	1.649.175	15%	
	10.994.500	100%	

a) Reserva legal: É constituída com base nos dispositivos legais no Art. 193 da Lei nº 6.404/76, sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal. b) Dividendos mínimos obrigatórios: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Deverá ser distribuído aos acionistas no mínimo 25% do lucro líquido apurado após a dedução da reserva legal. A seguir apresenta-se o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:

Lucro líquido do exercício			
	2025	2024	
Lucro líquido do exercício	6.067	266	
(-) Base de cálculo para reserva legal	6.067	266	
Constituição de reserva legal - 5%	(304)	(13)	
Lucro após a constituição da reserva legal	5.763	253	

Dividendos propostos - 25% 1.441 63
Constituição reserva de lucros 4.322 190
c) Reserva de lucros: Em 15/10/2024 foi deliberado em Assembleia especial de titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª e 2ª séries da 36ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Canal Companhia de Securitização, a autorização exclusiva para a Emitente realizar distribuições, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer distribuições de resultados aos acionistas no valor até R\$2.624, referente aos resultados obtidos pela Emitente. Em 2025 o valor distribuído a títulos de lucros foi de R\$5.067, conforme apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMLP), sendo que esse evento está em consonância do disposto na cláusula 8.1.1 item (xii), do termo de Emissão de Notas Comerciais.

20. Receita líquida: A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

Receita operacional				
	2025	2024	2025	2024
Serviços cancelados	64.850	57.078		
Serviços prestados - concessão	11.297			

TERMINI S.A. - CNPJ. nº 64.805.187/0003-45

a prejudicar a Companhia. d) Distribuição de dividendos: O valor mínimo dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas ao final de cada exercício social terá como base o valor igual a 85% do saldo do lucro líquido, após todas as deduções legais e obrigações decorrentes de reservas legais e obrigações previstas em lei nos termos do Acordo de Sócios da Companhia e do Estatuto. Nos exercícios encerrados em 31/12/2025 e de 2024 não foram realizadas distribuições de lucros.

	2025	2024
16. Receita líquida:	2025	2024
Receita da operação	34.736	25.169
Receita bruta	34.736	25.169
COFINS (7,60%)	(2.621)	(1.918)
PIS (1,65%)	(573)	(416)
ISS (2% a 5%)	(1.737)	(1.258)
Deduções da receita bruta	(4.931)	(3.592)
Receita líquida	29.805	21.577
17. Custos dos serviços prestados	2025	2024
Pessoal	(385)	(340)
Serviços de terceiros (i)	(38)	(118)
Outros custos (ii)	(19)	(298)
	(442)	(756)

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção, consumo de água/energia elétrica e serviço de manutenção. (ii) Outros custos são compostos por

impostos sobre receita financeira, contribuições sindicais, impostos prediais entre outros impostos.

	2025	2024
18. Despesas gerais e administrativas:	2025	2024
Depreciações e amortizações	(750)	(754)
Provisão/reversão para demandas judiciais	129	(147)
Recuperação de despesas	1	3
Outras despesas operacionais	(481)	(112)
	(1.101)	(1.010)
(i) Outras despesas referem-se despesa com consultoria, anúncio e publicidade e outros impostos.		
19. Resultado financeiro:	2025	2024
Receita de aplicação financeira	45	1.959
Variações monetárias ativas	63	1.556
Receitas financeiras	108	3.515
Despesas bancárias	(20)	(127)
Juros pagos	(21.665)	(33.676)
Juros tributários	(622)	(362)
Multas	(449)	(183)
Variações monetárias passivas	(9.613)	(2.059)
Outras despesas financeiras	(1.553)	(18.791)
Despesas financeiras	(33.922)	(55.198)
Resultado financeiro líquido	(33.814)	(51.683)

20. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para im-

posto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

	2025	2024
Lucro antes do IR e CS	(5.552)	(31.872)
Alíquota	34%	34%
IR e CS- aliq. vigentes	1.888	10.836
Prejuízo fiscal e base negativa à alíquota fiscal vigente - não reconhecido	(1.888)	(10.836)
Despesa com IR e CS no resultado do exercício - corrente e diferido	-	-
Alíquota efetiva	-	-
Em 31/12/2025 a Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar (IRPJ e CSLL) no montante de R\$70.184 (R\$64.508 em 2024) registrando -os apenas quando existe perspectiva de realização de resultados tributáveis futuros.		

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: 21.1. **Gerenciamento de risco:** A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros. A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. **21.2. Risco de crédito e de realização:** Estes riscos são administrados

por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro. **21.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** As contas de caixa e equivalentes de caixa

	Saldo contábil	Valor justo	Nível hierárquico		
	2025	2024	2025	2024	do valor justo
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	7.632	787	7.632	787	2
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado					
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	-	22.812	-	22.812	-
Debêntures (nota 10)	217.002	183.031	217.002	183.031	-
Fornecedores (nota 11)	2.581	4.588	2.581	4.588	-
Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais					

inputs são observáveis; e • Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

(caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros, cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento, conforme intenção da Administração.

	2025	2024	Vigência	Valor cobertura
22. Seguros e garantias:				
Seguradora				
Chubb Seguros Brasil AS	Respons.	04/2025 a	04/2026	20.000
				20.000

23. Eventos subsequentes: Em março de 2026, foi prorrogada a vigência contratual do terminal Barra Funda, com data de encerramento alterada de 13/09/2026 para 21/01/2050.

Membros da Administração : **Marcilio Carlos Bovolini** - Diretor Vice-Presidente / **Rodrigo Fernandes Toledo** - Diretor Financeiro / **Eduardo Buzam Júnior** - Contador - CRC-1SP243887/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Termini S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Termini S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termini S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capa-

cidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda.
 CRC SP-034519/O
Maurício Mitto Yuhara - Contador
 CRC SP-260523/O



Vertiz Holding S.A. - CNPJ: 62.330.590/0001-78

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Apresentamos às Vossas Senhorias, a Demonstração Financeira para o período findo de 15 de agosto de 2025 a 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Balço patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)		Demonstração do resultado		Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto		
Nota	31/12/2025	Nota	31/12/2025	Nota	31/12/2025	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1	Patrimônio líquido	8	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ativo circulante	1	Capital social	20.000	Resultado do período		
Investimento em coligada	6	Reservas de capital	4.032.724	Ajustes para:		
	1.938.986	Ajuste de avaliação patrimonial	(15.588)	Equivalência patrimonial em coligada		
Ativo não circulante	1.938.986	Prejuízo acumulado	(2.098.149)	6		
		Total do patrimônio líquido	1.938.987	2.098.149		
		Total do passivo e patrimônio líquido	1.938.987	2.098.149		
Total do ativo	1.938.987					
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)						
	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Constituição de capital em 15 de agosto de 2025		19.995	-	-	-	19.995
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Ágio na subscrição de capital		-	7.230.000	-	-	7.230.000
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	8.d	-	-	19.179	-	19.179
Efeitos reflexo <i>hedg accounting</i> em investidas	8.d	-	-	(6.936)	-	(6.936)
Ajuste de conversão de moeda em investidas	8.d	-	-	(27.831)	-	(27.831)
Transição de capital reflexo de investidas		-	-	(1.877.229)	-	(1.877.229)
Transação de capital		-	(1.228.703)	-	-	(1.228.703)
Efeitos reflexos de ações em tesouraria de investidas		-	5.761	-	-	5.761
Outras reservas de capital de investidas		-	(97.105)	-	-	(97.105)
Resultado do período		-	-	(2.098.149)	(2.098.149)	(2.098.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		20.000	4.032.724	(15.588)	(2.098.149)	1.938.987

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Vertiz Holding S.A. (antiga Cosan Doze Participações Ltda.) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de agosto de 2025, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 30, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo. A Companhia tem por objeto social exclusivo a titularidade de ações de emissão da Cosan S.A. ("CSAN 27"). Qualquer outra atividade, nem deter participação em outras sociedades. **2. Eventos relevantes no exercício:** **2.1. Acordo de investimento celebrado entre BTG Pactual, Perfin, holdings Agussanta e Vertiz:** Em 21 de setembro de 2025, foi celebrado acordo de investimento entre: (i) entidades administradas pelo BTG Pactual ("Classe Única BTG Pactual Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia"; "Classe Única Fundo de Investimento em Participações BPAC3 - Multiestratégia Responsabilidade Limitada" e "BTG Pactual Co-Investimento Cosan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada"; (ii) Perfin ("Classe A do Perfin Rally Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada"); (iii) holdings Agussanta (Agussanta Participações S.A., Agussanta Participações S.A. e Quiluz Holding Limited); (iv) e Vertiz Holding S.A. ("Vertiz"). Nos termos do referido acordo, foi estabelecido que a Vertiz seria o veículo de investimento destinado a deter, de forma exclusiva, participação acionária na Cosan S.A., reunindo os investidores âncora da operação de oferta pública de ações a ser iniciada em 07 de novembro de 2025. Em 10 de novembro de 2025, foi concluída a oferta pública de ações da COSAN S.A., com a emissão de 2.100.000.000 de ações ordinárias, ao preço de R\$ 5,00 por ação. No âmbito dessa operação, a Agussanta Participações, em conjunto com BTG Pactual e Perfin, por meio da Vertiz, adquiriu 1.450.000.000 ações ordinárias de emissão da Cosan, correspondentes a 36,56% de seu capital social. A Vertiz é entidade controlada pela Agussanta Participações S.A., uma vez que esta Sociedade possui 150.000.000 de ações ordinárias com direito a voto e, em contrapartida, os demais acionistas BTG Pactual e Perfin possuem 150.000.000 de ações preferenciais sem direito a voto. **3. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as

Pronunciamento	Descrição	Avaliação
Alterações introduzidas no CPC 32 - Item 4º referente à nova regra tributária Pilar Dois / IAS 12	Em decorrência da alteração do CPC 32 relativa à introdução das regras de tributação mínima global (Pilar Dois - GloBE Rules), a Companhia avaliou sua exposição potencial às novas exigências aplicáveis às jurisdições em que o Grupo possui operações no exterior, onde a legislação já se encontra promulgada e em vigor desde 1º de janeiro de 2024. Com base nas informações contábeis e fiscais mais recentes disponíveis e nas análises preliminares realizadas, a Administração não espera impactos materiais nem a constituição de obrigações relevantes relacionadas a tributos complementares (top-up tax) no exercício de 2025, sem prejuízo de eventuais revisões decorrentes de alterações regulatórias, novas interpretações ou atualizações nas bases de cálculo utilizadas. No Brasil, a adaptação às GloBE Rules ocorreu por meio da instituição do Adicional da CSL pela Lei nº 15.079/2024 e pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelecendo tributação mínima efetiva de 15% para grupos multinacionais enquadrados nos critérios legais.	Com base em cálculos preliminares das contábeis brasileiras e considerando as regras simplificadoras (<i>safe harbours</i>), cuja prorrogação é esperada até 2027, a Administração também não prevê impactos materiais no exercício de 2025. A Companhia continuará acompanhando a evolução normativa e eventualis orientações interpretativas, inclusive quanto às obrigações acessórias decorrentes da legislação.

Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que trouxe alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1), em setembro de 2024. A partir de então foi definido o conceito de moeda converível e a orientação acerca do tratamento de moedas não converíveis. Nessas situações, a taxa de câmbio deve refletir as condições de mercado na data de mensuração e, quando houver múltiplas taxas, deve-se utilizar aquela que melhor representa a liquidação dos fluxos de caixa. As alterações também reforçaram os requisitos de divulgação.	As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e à IFRS 09 - Demonstrações contábeis individuais, Demonstrações separadas, Demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial	A atualização do CPC 18 trata da aplicação do método de equivalência patrimonial para mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a mudança nas normas internacionais, que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Esse ajuste visa harmonizar as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem causar impactos significativos em relação à norma vigente, limitando-se a ajustes na redação e à atualização das referências normativas.	As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, pois consistem apenas em ajustes de redação e atualização das referências normativas.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Em complemento, durante o exercício foram emitidas novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, conforme descrito a seguir.

Pronunciamento	Descrição	Avaliação
CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, que substituirá o IAS 1 em convergência às normas internacionais. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis , e introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo a definição de totais e subtotais específicos e a classificação de receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos sobre a renda e operações descontinuadas. A norma também requer a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e estabeleceu novos critérios para agregação e desagregação de informações nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Adicionalmente, promove alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa , incluindo a mudança do ponto de partida do fluxo de caixa operacional pelo método indireto, de lucro ou prejuízo do período para lucro ou prejuízo operacional, e a eliminação da opção de classificação de juros e dividendos. A norma entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva.	A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos da adoção do CPC 51 em suas demonstrações financeiras e divulgações, não sendo possível, até o momento, estimá-los de forma confiável.
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A norma permite que entidades qualificadas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos nos demais pronunciamentos IFRS. Para qualificação, a entidade deve ser controlada, não possuir responsabilidade pública e integrar grupo cuja conta de IFRS disponíveis ao público.	Não se espera que a adoção do IFRS 19 produza impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Diretoria

Aos Administradores e Acionistas - Vertiz Holding S.A. - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Vertiz Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras:** Chamamos a atenção para a Nota 3.1 às demonstrações financeiras, que descreve a atualização e reemissão das demonstrações financeiras originalmente emitidas em 31 de março de 2026,

devido às circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Emitimos nosso relatório de auditoria original com data de 31 de março de 2026, sem ressalva, sobre as referidas demonstrações financeiras emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na referida nota, fornecemos este novo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras emitidas. Este novo relatório altera e substitui o anteriormente emitido. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, nas decisões econômicas dos usuários de tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/0-5

Alessandro Marchesino de Oliveira
CRC 15P265450/0-8

Número de ações da investida		Ações da investidora		Participação societária		Ativos		Passivos		Patrimônio Líquido controladores		Patrimônio Líquido acionistas não controladores	
3.965.670,332		1.450.000,000		36,56%		135.117,518		104.107,886		5.304,228		25.705,404	
Cosán S.A.													
Abaxo a movimentação dos investimentos no período:													
Saldos inicial	Aumento de capital/Redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2025									
-	-	7.250.000	(2.098.149)	1.938.986									
-	-	7.250.000	(2.098.149)	1.938.986									

7. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: A Companhia adota a tributação com base no lucro real para fins de cálculo do imposto de renda e de contribuição social em conformidade com a legislação em vigor. A tributação com base no lucro real apurado no exercício. Neste exercício a Companhia não apurou imposto a pagar, por ter apenas apurado resultado de equivalência patrimonial que não é sujeito à tributação para fins de imposto de renda e contribuição social. **8. Patrimônio Líquido:** Política contábil: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro. As transações envolvendo acionistas do grupo são alocadas em "Transações de Capital", como alterações na participação em controladas e pagamento baseado em

ações. **a) Capital social:** Em 15 de agosto de 2025, conforme instrumento particular de constituição da Sociedade, foi subscrito e integralizado o capital social inicial de R\$ 5, representado por 5.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 19 de setembro de 2025, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), o capital social foi aumentado em R\$ 9.995, passando de R\$ 5 para R\$ 10.000, dividido em 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas. Em 7 de novembro de 2025, conforme aprovado em AGE, o capital social foi novamente aumentado em R\$ 10.000, passando de R\$ 10.000 para R\$ 20.000, dividido em 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, todas do tipo comum, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia estava dividido conforme abaixo:

9. Eventos subsequentes: **9.1. Resgate de ações preferenciais classes C e D pelos acionistas da Vertiz:** Em 30 de janeiro de 2026, os acionistas da Vertiz detentores das ações preferenciais das classes C e D realizaram o resgate integral dessas ações, totalizando 48.203.906 ações preferenciais da classe C e 8.373.629 ações preferenciais da classe D. Como contrapartida ao resgate, a Companhia entregou ações ordinárias escriturais de emissão da Cosan S.A., o que resultou na redução da participação da Companhia na investida Cosan de 36,56% para 24,19%. **9.2. Conflito coordenado entre Estados Unidos e Israel contra Irã:** Após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em fevereiro de 2026, ocorreu uma escalada de tensões geopolíticas entre os Estados Unidos e o Irã, com potencial impacto sobre os mercados globais de energia e logística. A Administração avaliou criteriosamente os riscos associados a este evento e concluiu que, até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos materiais sobre: **•** As operações consolidadas de sua investida Cosan no Brasil e nos demais países onde atua; **•** A posição financeira consolidada (incluindo dívida, liquidez e exposição cambial); **•** Os preços de commodities relevantes para as investidas da Companhia, cujas variações observadas não impactaram de forma relevante estas demonstrações financeiras. A Companhia mantém monitoramento contínuo dos desdobramentos geopolíticos e seus efeitos sobre as cadeias globais de suprimento de energia e logística. Eventuais impactos materiais futuros serão divulgados imediatamente ao mercado.

Contadora - Maraysa Rossi - CRC 15P295307/0-2

Atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de abril de 2026**

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/0-5

Alessandro Marchesino de Oliveira
CRC 15P265450/0-8



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de Reais)					PASSIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado				
	2025	2024	2025	2024	2025		2024	2025	2024		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	368.277	569.516	414.739	579.209	13	29.698	21.786	37.773	28.838	
Garantias de investimentos	17	6.530	514	6.530	514		6.200	6.245	7.310	6.844	
Contas a receber de clientes, líquidas	7	32.818	28.866	38.242	33.080		5.562	4.745	8.286	6.248	
Tributos a recuperar		1.445	10.115	3.797	12.663		15	689	888	689	900
Outros ativos		5.094	4.923	5.261	5.182		17	19.514	10.285	32.750	10.285
		414.164	613.934	468.569	630.484		20	197	65	197	65
								3.566	2.271	3.566	2.274
								1.656	445	1.720	879
								67.082	46.730	92.291	56.333
Não circulante											
Garantias de investimentos	17	56.666	30.915	56.666	30.915		15	118	1.094	118	1.094
Contas a receber de clientes, líquidas	7	-	29	-	29						
Ativo fiscal diferido	8,2	10.175	10.312	10.331	10.312						
Depósito judicial	18,1	740	22	744	22		18	897	752	897	947
Outros ativos		606	122	1.203	136		17	64.082	63.200	71.939	63.070
Realizável a longo prazo		68.187	41.400	68.944	41.414		8,2	4.546	6.546	4.738	6.544
								69.875	71.812	77.924	72.005
Investimentos	10	424.676	159.816	-	-		19	123.384	123.384	123.384	123.384
Imobilizado	11	4.467	5.962	6.721	7.485			578.746	578.746	578.746	578.746
Intangível	12	121.439	121.899	521.957	273.260			193.846	122.339	193.846	122.339
		618.769	329.077	597.622	322.159			895.976	824.469	895.976	824.469
Total do ativo		1.032.933	943.011	1.066.191	952.807			1.032.933	943.011	1.066.191	952.807

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de Reais)

Em 01 de janeiro de 2024	Controladora e Consolidado		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Reserva capital	Retenção de lucros			
				Reserva legal			Retenção de lucros
Transação de capital com Acionistas		123.384	578.746	10.237	66.559	778.926	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(2.271)	
Resultado abrangente total						47.814	
Lucro líquido do exercício						47.814	
Constituição de reservas						(45.543)	
Em 31 de dezembro de 2024		123.384	578.746	2.391	43.152	824.469	
Transação de capital com Acionistas						(3.566)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(3.566)	
Resultado abrangente total						75.073	
Lucro líquido do exercício						75.073	
Constituição de reservas						(71.507)	
Em 31 de dezembro de 2025		123.384	578.746	3.754	67.753	895.976	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de Reais)

Em 01 de janeiro de 2024	Controladora e Consolidado		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Reserva capital	Retenção de lucros			
				Reserva legal			Retenção de lucros
Transação de capital com Acionistas		123.384	578.746	10.237	66.559	778.926	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(2.271)	
Resultado abrangente total						47.814	
Lucro líquido do exercício						47.814	
Constituição de reservas						(45.543)	
Em 31 de dezembro de 2024		123.384	578.746	2.391	43.152	824.469	
Transação de capital com Acionistas						(3.566)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(3.566)	
Resultado abrangente total						75.073	
Lucro líquido do exercício						75.073	
Constituição de reservas						(71.507)	
Em 31 de dezembro de 2025		123.384	578.746	3.754	67.753	895.976	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de Reais)

Em 01 de janeiro de 2024	Controladora e Consolidado		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Reserva capital	Retenção de lucros			
				Reserva legal			Retenção de lucros
Transação de capital com Acionistas		123.384	578.746	10.237	66.559	778.926	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(2.271)	
Resultado abrangente total						47.814	
Lucro líquido do exercício						47.814	
Constituição de reservas						(45.543)	
Em 31 de dezembro de 2024		123.384	578.746	2.391	43.152	824.469	
Transação de capital com Acionistas						(3.566)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(3.566)	
Resultado abrangente total						75.073	
Lucro líquido do exercício						75.073	
Constituição de reservas						(71.507)	
Em 31 de dezembro de 2025		123.384	578.746	3.754	67.753	895.976	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de Reais)

Em 01 de janeiro de 2024	Controladora e Consolidado		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Reserva capital	Retenção de lucros			
				Reserva legal			Retenção de lucros
Transação de capital com Acionistas		123.384	578.746	10.237	66.559	778.926	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(2.271)	
Resultado abrangente total						47.814	
Lucro líquido do exercício						47.814	
Constituição de reservas						(45.543)	
Em 31 de dezembro de 2024		123.384	578.746	2.391	43.152	824.469	
Transação de capital com Acionistas						(3.566)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(3.566)	
Resultado abrangente total						75.073	
Lucro líquido do exercício						75.073	
Constituição de reservas						(71.507)	
Em 31 de dezembro de 2025		123.384	578.746	3.754	67.753	895.976	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de Reais)

Em 01 de janeiro de 2024	Controladora e Consolidado		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Reserva capital	Retenção de lucros			
				Reserva legal			Retenção de lucros
Transação de capital com Acionistas		123.384	578.746	10.237	66.559	778.926	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(2.271)	
Resultado abrangente total						47.814	
Lucro líquido do exercício						47.814	
Constituição de reservas						(45.543)	
Em 31 de dezembro de 2024		123.384	578.746	2.391	43.152	824.469	
Transação de capital com Acionistas						(3.566)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(3.566)	
Resultado abrangente total						75.073	
Lucro líquido do exercício						75.073	
Constituição de reservas						(71.507)	
Em 31 de dezembro de 2025		123.384	578.746	3.754	67.753	895.976	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de Reais)

Em 01 de janeiro de 2024	Controladora e Consolidado		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Reserva capital	Retenção de lucros			
				Reserva legal			Retenção de lucros
Transação de capital com Acionistas		123.384	578.746	10.237	66.559	778.926	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(2.271)	
Resultado abrangente total						47.814	
Lucro líquido do exercício						47.814	
Constituição de reservas						(45.543)	
Em 31 de dezembro de 2024		123.384	578.746	2.391	43.152	824.469	
Transação de capital com Acionistas						(3.566)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(3.566)	
Resultado abrangente total						75.073	
Lucro líquido do exercício						75.073	
Constituição de reservas						(71.507)	
Em 31 de dezembro de 2025		123.384	578.746	3.754	67.753	895.976	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de Reais)

Em 01 de janeiro de 2024	Controladora e Consolidado		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Reserva capital	Retenção de lucros			
				Reserva legal			Retenção de lucros
Transação de capital com Acionistas		123.384	578.746	10.237	66.559	778.926	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(2.271)	
Resultado abrangente total						47.814	
Lucro líquido do exercício						47.814	
Constituição de reservas						(45.543)	
Em 31 de dezembro de 2024		123.384	578.746	2.391	43.152	824.469	
Transação de capital com Acionistas						(3.566)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(3.566)	
Resultado abrangente total						75.073	
Lucro líquido do exercício						75.073	
Constituição de reservas						(71.507)	
Em 31 de dezembro de 2025		123.384	578.746	3.754	67.753	895.976	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de Reais)

Em 01 de janeiro de 2024	Controladora e Consolidado		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido	
	Nota	Capital social	Reserva capital	Retenção de lucros			
				Reserva legal			Retenção de lucros
Transação de capital com Acionistas		123.384	578.746	10.237	66.559	778.926	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(2.271)	
Resultado abrangente total						47.814	
Lucro líquido do exercício						47.814	
Constituição de reservas						(45.543)	
Em 31 de dezembro de 2024							

(Continuação)

(ii) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio – uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa estão detalhadas na nota 12.2. (iii) Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros – quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puder ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. (iv) Impostos diferidos – ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para maiores detalhes ver nota 8.2. (v) Provisão para contingências – a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Maiores detalhes na nota 18. (vi) Receita de serviços não recorrentes – o reconhecimento das receitas de serviços de implementação e customização de softwares requer o uso de estimativas na projeção de custos totais necessários para cumprir a obrigação de desempenho por contrato de cliente. A Companhia e suas controladas reavaliam estas estimativas periodicamente e replanejam as margens por contrato sempre que necessário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisaram suas estimativas pelo menos anualmente. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens contados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4. Combinação de negócios: 4.1 Combinação de negócios concluídas em 2025 e 2024 - Aquisição da Quilver - Em 1º de fevereiro de 2024, a Dimensa celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição de 100% do capital social da Quilver Desenvolvimento e Tecnologia Ltda. O valor pago à vista foi no montante de R\$113.083, que inclui o valor retido de R\$15.000 para eventuais indenizações. Adicionalmente, o Contrato previa o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao cumprimento de determinadas condições. No mercado desde 1992, a Quilver atende seguradoras, corretoras e bancos para vendas e gestão de apólices. Seu portfólio é dividido em software para corretoras de seguros e de benefícios, soluções de cálculos e de vendas de dados. Aquisição da Agger - Em 9 de junho de 2025, a Dimensa celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição de 100% do capital social da Agger S.A.. O valor pago à vista foi no montante de R\$198.971, que inclui o valor retido de R\$30.000 para eventuais indenizações, sem previsão de preço complementar. O fechamento desta operação estava sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais para esse tipo de transação, que foram concluídas em 2 de julho de 2025. A Agger é uma das principais plataformas do mercado de transação para o segmento de seguros, oferecendo soluções focadas em corretores, que incluem funcionalidades como multiclicado e gestão de apólices. A seguir apresentamos o resumo do valor justo da data da aquisição da contraprestação transferida da transação apresentada acima:

	Empresas adquiridas em:	
	2025	2024
Em milhares de Reais	Agger	Quilver
Pagamento à vista	167.710	98.083
Contraprestação contingente	30.000	11.384
Valor de parcelas retidas	1.261	15.000
Ajuste de preço	-	-
Total da contraprestação	198.971	124.467

Ativos identificáveis adquiridos e Goodwill
A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos preliminares ao seu valor justo, o ágio e o custo da participação que impactaram as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025:

	Empresas adquiridas em:	
	2025	2024
Valor justo preliminar	Agger	Quilver
Data base de aquisição	1/07/2025	1/02/2024
Ativo Circulante	6.682	6.369
Caixa e equivalente de caixa	4.744	2.846
Contas a receber	1.063	2.299
Outros ativos circulantes	875	1.224
Ativo não circulante	181.173	74.525
Imobilizado	1.253	983
Software	102.597	15.594
P&D	8	-
Carteira de clientes	12.773	51.934
Marca	8.957	-
Não competição	5.709	-
Ágio	49.876	6.014
Passivo circulante	56.700	10.174
Obrigações sociais e trabalhistas	2.582	3.963
Outros passivos	53.718	6.511
Passivo não circulante	14.019	1.337
Ativos e passivos líquidos	117.136	69.083
Valor pago à vista	117.710	98.083
Parcela de longo prazo	81.261	-
Ágio na Operação	81.835	55.384

(i) Os pagamentos de longo prazo foram traídos a valor presente para a data de aquisição. Os ativos e passivos apresentados a valor justo da aquisição Agger é preliminar e se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados tais como ativos intangíveis, respectivo ágio e passivos assumidos, ou qualquer provisão adicional que exista na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista, conforme previsto no CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios. O ágio apurado em 2025 de R\$81.835 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e alinhados com a estratégia da Companhia e suas controladas. As contraprestações contingentes foram registradas ao valor justo na data de aquisição e estão sendo apresentadas na nota 17. Nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Agger contribuiu com uma receita líquida consolidada de R\$33.987 e um lucro líquido de R\$10.504, considerando o período após cada data de aquisição mencionada acima. Caso essas aquisições tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2025, a Administração estima que a contribuição na receita líquida consolidada seria de R\$65.064 e o lucro líquido de R\$5.798. O custo de transação envolvendo as aquisições destas empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$4.169, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

5. Instrumentos financeiros dos ativos e passivos financeiros: 5.1. Análise dos instrumentos financeiros - É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Nota	Classificação por categoria	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	Valor justo por meio do resultado	395.060	577.312
Caixa e equivalentes de caixa	6	Custo amortizado	19.679	1.897
Garantias de investimentos	17	Custo amortizado	63.196	31.429
Contas a receber, líquidas	7	Custo amortizado	38.242	33.109
Instrumentos financeiros Ativos			516.177	643.747
Contas a pagar e fornecedores		Custo amortizado	11.073	9.183
Obrigação por aquisição de investimentos	17	Valor justo por meio do resultado	21.690	23.300
Obrigação por aquisição de investimentos	17	Custo amortizado	82.999	50.655
Outros passivos		Custo amortizado	324	122
Passivos financeiros			116.086	82.660

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Garantias de investimentos, contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • Obrigação por aquisição de investimentos, inclui pagamentos contingentes de combinação de negócios e seu valor justo é estimado com base na performance das operações aplicadas aos múltiplos definidos em contrato (nota 17). 5.2. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros - Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por contas a receber e a pagar, os quais estão registrados pelo valor de custos acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). a) Ativos financeiros - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 14,31% ao ano e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldos em 2025	Risco	Redução CDI	14,11%	10,58%	7,06%
Aplicações financeiras consolidadas	414.739					
Receita financeira estimada	58.421	43.806	29.231			

5.3. Mudanças no passivo de atividade de financiamento - Os passivos decorrentes de atividades de financiamento são passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A seguir apresentamos as movimentações de passivos decorrentes de atividade de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Itens que não afetam caixa					
	Pagamentos de		Juros incorridos	Combinação de negócios	2025	
	2024	principal e juros (I) razão / (baixa)				
Arrendamento mercantil e empréstimos	1.994	(14.653)	(384)	734	13.116	807
Debêntures	-	(23.367)	-	2.130	21.237	-
Dividendos a pagar	2.274	(2.271)	(3)	-	-	-
Total	4.268	(40.291)	(387)	2.864	34.353	807

	Itens que não afetam caixa					
	Pagamentos de		Juros incorridos	Combinação de negócios	2024	
	2023	principal e juros (I) razão / (baixa)				
Arrendamento mercantil	1.601	(1.477)	1.149	70	651	1.994
Dividendos a pagar	3	-	2.271	-	2.274	-
Total	1.604	(1.477)	3.420	70	651	4.268

(i) Contempla os juros pagos alocados no fluxo de caixa das atividades operacionais.

5.4. Gestão de riscos financeiros - Os principais riscos financeiros que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: a) Risco de Liquidez - A liquidez do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é monitorada diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária. A Companhia e suas controladas reforçam o compromisso na gestão de recursos para a manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela, a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano (I)	Entre um e dois anos (I)	Entre dois e cinco anos (I)	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	7.310	-	-	-
Arrendamentos	714	119	-	-
Obrigações por aquisição de investimentos	43.180	34.010	38.961	-
Outros passivos	1.720	2.769	-	-
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	6.844	-	-	-
Arrendamentos	968	968	161	-
Obrigações por aquisição de investimentos	12.723	8.914	35.898	-
Outros passivos	879	4.645	-	-

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial para obrigações por aquisição. Normalmente, a Companhia e suas controladas garantem que tenham caixa à vista suficiente para cobrir despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto inclui o impacto potencial de situações extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como por exemplo desastres naturais. A Companhia e suas controladas têm acesso a uma variedade suficiente de fontes de financiamento, caso necessário. b) Risco de Crédito - Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou superior ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de rating Standard & Poor's, Moody's ou Fitch, observado, que, no caso de aplicação em fundo de investimento, a referida classificação será substituída pela classificação "Grau de Investimento", atribuída pela ANBIMA, cuja alocação dos recursos deve ser, exclusivamente, em títulos públicos e/ou crédito privado bancário, neste último caso, limitado a 15% do Pt do Fundo. O valor alocado a cada emissor, exceto União/Títulos Públicos Federais, não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somados aos das aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido do emissor ou fundo de investimento. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito em que cada novo cliente tem a sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e condições normais de pagamento. Para as contas a receber da Companhia e suas controladas, a carteira de clientes é bastante diversificada, com baixo nível de concentração e estabelece uma estimativa de provisão para perdas que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos individuais significativos. c) Risco de Mercado - Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

DIMENSA S.A. - CNPJ nº 27.231.185/0001-00

d) Operações com derivativos - A Companhia e suas controladas não possuem operações com derivativos financeiros nos períodos apresentados. 5.5. Gestão de capital - O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições de rating e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. A praxia ajustada está estruturada, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures. A Companhia e suas controladas compõem a estrutura de dívida líquida da seguinte forma: obrigações por aquisição de investimentos, deduzindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Obrigações por aquisição de investimentos	17	83.596	73.355	104.689
(-) Caixa e equivalente de caixa	6	(368.277)	(569.516)	(414.739)
(-) Garantias de investimentos	17	(63.196)	(31.429)	(63.196)
Dívida/(Caixa) líquida(o)		(347.877)	(527.590)	(373.246)
Patrimônio líquido	19	895.976	824.469	895.976
Patrimônio líquido e dívida líquida		548.099	296.879	522.730
Caixa e equivalentes de caixa		368.277	569.516	414.739

6. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e suas controladas, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeito a um risco mínimo na mudança de seu valor.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia e suas controladas concentram seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia e suas controladas são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 100,04% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100,28% em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber de clientes: A seguir apresentamos os montantes a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado interno	36.207	33.549	42.648	38.184
Mercado externo	130	64	130	65
Contas a receber bruto	36.337	33.613	42.778	38.249
(-) Provisão para perda esperada de clientes	(3.519)	(4.718)	(4.536)	(5.140)
Contas a receber líquido	32.818	28.895	38.242	33.109
Ativo circulante	32.818	28.866	38.242	33.080
Ativo não circulante	-	29	-	29

A movimentação da provisão para perdas esperadas das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	4.718	957	5.140	1.409
Complemento de provisão, líquido da recuperação de créditos	1.319	3.589	1.936	3.960
Baixa de provisão por perdas	(2.518)	(12)	(2.612)	(234)
Combinação de negócios	-	-	72	5
Incorporação de controlada	-	-	184	-
Saldo final	3.519	4.718	4.536	5.140

7.1. Contas a receber de clientes por vencimento - A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	20.356	22.422	26.797	27.061
A faturar	10.965	5.313	10.965	5.313

Títulos vencidos de 1 a 30 dias 1.005 466 1.005 463
de 31 a 60 dias 237 372 237 372
de 61 a 90 dias 364 227 364 227
de 91 a 180 dias 287 567 287 567
de 181 a 360 dias 278 2.283 278 2.283
Acima de 361 dias 2.845 1.963 2.845 1.963
Contas a receber bruto 36.337 33.613 42.778 38.249
(-) Provisão para perda esperada (I) (3.519) (4.718) (4.536) (5.140)
Contas a receber líquido 32.818 28.895 38.242 33.109

(i) A provisão para perda esperada, em 31 de dezembro de 2025, está líquida da baixa pela realização da perda registrada em contrapartida do contas a receber no valor de R\$2.518 (R\$12 em 31 de dezembro de 2024) para a controladora e R\$2.612 (R\$234 em 31 de dezembro de 2024) para o consolidado.

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes de software em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia e suas controladas serem diluídas em quantidade e também pelos diversos segmentos de atuação. Em geral, a Companhia e suas controladas não requerem garantias sobre as vendas a prazo.

8. Tributos sobre o lucro: O imposto de renda e o contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias. 8.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes da tributação	91.770	60.220	100.755	65.813
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(31.201)	(20.475)	(34.256)	(22.376)
Ajustes para a demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	9.586	3.764	-	-
Lei 11.196/05 - Incentivo à P&D (I)	4.794	4.140	4.794	4.140
Efeito de controladas com alíquotas diferenciadas	(359)	(105)	(359)	(105)
Participação de administradores	302	190	302	227
PAT (programa de alimentação do trabalhador)	181	80	3.544	(40)
Outros	(16.697)	(12.406)	(25.682)	(17.999)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(16.678)	(10.446)	(25.818)	(16.039)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(19)	(1.960)	136	(1.960)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18,2%	20,6%	25,5%	27,3%

(i) A legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica.

11. Imobilizado: O imobilizado da Companhia e suas controladas é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Computadores e equipamentos eletrônicos	3.446	2.390	4	4
Veículos	748	798	2	3
Móveis e utensílios	249	109	5	-
Instalações, máquina e equipamentos	(220)	(892)	(109)	(5)
Benfeitorias em imóveis arrendados	4.223	2.296	10	43
Direito de uso	1.606	431	-	-
Outros	(13)	(865)	(1)	-
Total do imobilizado	5.816	1.862	10	42
Depreciação				
Saldos em 2023	(1.128)	(491)	(1)	(15)
Depreciação do exercício	(921)	(808)	(4)	(5)
Incorporação de controlada	(95)	-		

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/D6D3-ED7E-0970-A707> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D6D3-ED7E-0970-A707



Hash do Documento

3B4FD86E0BE97652FA3B8F59F0831B0AEAD22460242CC73EF6C06802F99FD434

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2026 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 29/04/2026 10:17 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646856 Longitude: -46.556301 Accuracy: 120

IP: 172.16.4.17

AC: AC Certisign RFB G5

